ACTA № 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2007

Aos vinte e três dias do més de Fevereiro de dois mil e sete, pelas vinte horas e dez minutos, no <i>Edificio da Assembleia Municipal</i> , sito no <i>Solar dos Gorjões</i> , no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:
1.Suspensão do PDM para duas áreas dentro do perímetro urbano da vila de Mira de Aire e aplicação de medidas preventivas;
2. Adesão à Associação Municipal Pinhal Litoral;
3. Candidatura UAC aprovação dos Estatutos da Agência para a Promoção e Desenvolvimento;
4. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro
1 - ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - CHAMADA:
Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: António Pereira Carvalho (PS – Falta Justificada); Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (PPD/PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga - Justificada) Fernando da Silva Matos Morais Sarmento (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS/Falta Justificada), José Ferreira da Silva Coelho (PPD/PSD – Falta Justifiicada).
Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieira Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa
O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e/ou oral que estes lhe apresentaram dentro do prazo regimental, acrescentando ainda que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra será substituído pelo secretário daquela Junta de Freguesia Rui Fernando Correia Marto
2. LEITURA DA CORRESPONDENCIA:
O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a dar conhecimento da correspondência entrada desde a ultima sessão desta Assembleia, referindo que esta estaria disponível junto dos serviços administrativos deste órgão para melhor análise, se necessário
3. APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ORDINÁRIA DE 22.12.2006 E EXTRAORDINÁRIA DE 19.01.2007:

que o seu nome estava incorrecto, pedindo a sua correcção
Não tendo havido quem mais se pronunciasse sobre a acta da sessão ordinária de 22 Dezembro de 2006 posta a votação tendo sido <i>aprovada por maioria com uma abstenção</i>
Colocou depois á discussão pelos membros da Assembleia a acta da sessão extraordinária, de 19 Janeiro ultimo tendo pedido para intervir <i>Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP)</i> , que fez menção a uma incorrecção que se verifica na pagina 375 e que passou a ler "referiu-se depois ás ementas servidas nas escolas, dizendo que as mesmas são supervisionadas por nutricionistas", tendo afirmado que não disse que as mesmas eram supervisionadas por nutricionistas mas sim que <i>perguntou</i> se as mesmas ementas eram supervisionadas por nutricionistas
Não havendo mais intervenções, foi o conteúdo da acta posto a votação, tendo a mesma sido <i>aprovada por maioria com duas abstenções</i> .
4. PERIODO DA ORDEM DO DIA::
4.1. Suspensão do PDM para duas áreas dentro do perímetro urbano da vila de Mira de Aire e aplicação de medidas preventivas;
O senhor Presidente da Assembleia Municipal entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara tendo este passado a justificar a suspensão do PDM para aquela vila do concelho e as razões que levaram a isso, tendo dito que tal resultou de uma iniciativa proposta pelo senhor vereador Jorge Cardoso, e que por unanimidade foi votada favoravelmente pela Câmara Municipal. Esclareceu depois quais as zonas que foram delimitadas dizendo que uma tem a ver com o campo de futebol da Fiandeira, que tendo sido propriedade privada, foi dado em dação de pagamento por dividas á Segurança Social e ás Finanças, estando agora nas mãos da Direcção-geral do Património. Assim e porque esse Campo de Futebol se encontra em zona urbana de acordo com o PDM, pretende-se prevenir que alguém queira adquirir esse terreno para especulação imobiliária, e também porque se trata de uma zona de grande importância para Mira de Aire por se tratar de uma zona de lazer. Acrescentou ainda que tentou negociar com a Direcção Geral do Património a aquisição pelo Município do Campo de Futebol, mas os valores envolvidos são extremamente elevados e a Câmara Municipal de Porto de Mós não tem condições para se aproximar dos valores que estão a ser pedidos por aquela Direcção Geral.
O senhor Presidente da Câmara deu depois a palavra ao senhor Vereador Jorge Cardoso que passou a explicar que está a ser discutida com a CCDRC uma zona de equipamentos e espaços verdes naqueles locais e para tentar segurar esta situação não vá haver lugar à aquisição dos terrenos, com vista á especulação imobiliária, avançou-se com o pedido de suspensão do Plano Director Municipal e respectivas medidas preventivas.
Disse ainda que este equipamento que se está a tentar adquirir faz parte do Plano de Actividades, tendo chegado já a haver negociações com a Segurança Social no sentido da construção de uma creche, visto que em Mira de Aire existe uma instituição deste tipo, propriedade da Segurança Social e que ela própria tem interesse em mudar e que a concretizarem-se as negociações, ela doaria ao Município a parte dela do terreno e em contrapartida a Câmara construiria este equipamento. Trata-se de um terreno muito bem localizado, com a escola primária ao lado, com a Quintinha do Roseiral, que a Câmara adquiriu e onde já funciona a sede da Junta de Freguesia e estando em fase de concurso a Casa da Cultura de Mira de Aire, pelo que a concretizar-se a aquisição, criar-se-ia um espaço verde central, de equipamento e de lazer

com a compra de um terreno nas imediações e já neste mandato se ter entrado em negociações com alguns proprietários que anuíram, estando as escrituras em fase terminal, passando-se depois á demolição dos imóveis.
Terminou dizendo que foi no âmbito da prossecução destes objectivos que se propuseram nestes dois casos, a suspensão do Plano Director Municipal, para tentar segurar estas duas áreas, de fundamental importância para o ordenamento urbanístico da vila de Mira de Aire
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Usou da palavra para dizer que irá votar favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos tendo em conta a necessidade que Mira de Aire tem de espaços verdes e de melhorar o circulação do transito, pelo que é fundamental acautelar estas situações atendendo á localização dos terrenos em causa
António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):
Interveio dizendo que relativamente a este assunto não vê nada contra, mas que existem algumas situações que gostaria de esclarecer, não tanto por Mira de Aire, acrescentando que o esta vila não faltam zonas verdes, pois se situa na serra. No que se refere á zona do campo de futebol e sabendo que a Câmara já tentou negociar este terreno, não conseguindo chegar aos números que o proprietário pretende e que recebeu o imóvel como pagamento de uma divida pergunta se isto juridicamente não poderá trazer problemas, uma vez que é a parte interessado que está a tentar desvalorizar o terreno para o adquirir
Disse ainda que da forma como foi apresentada a proposta não vê qualquer problema no sua aprovação.
Vîtor Louro Cordeiro (PS):
Iniciou a sua intervenção dizendo que teria gostado de ouvir primeiro a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire perguntando depois se os espaços que estão previstos aqu como espaços verdes, estão também devidamente contemplados em PDM. Perguntou aindo relativamente ao espaço envolvente da Igreja de Mira de Aire se o espaço verde é para ser mais alargado, se se tem em vista outros terrenos, outras casas, ou se é para ficar assim, manifestando alguma preocupação no que se refere á eventual colisão com interesses privados. Concluiu dizendo que não tem dúvidas de que esses espaços têm todo o interesse para a vila de Mira de Aire, e que esta Assembleia se deve pronunciar favoravelmente.
Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD):
Relativamente ao Campo da Fiandeira disse é uma oportunidade soberana que Mira de Aire tem de ficar com um excelente espaço para equipamentos, dado que logo ao lado já está o Quintinha do Roseiral, onde funciona a sede da Junta de freguesia
Quanto á zona da Igreja efectivamente irá colidir com alguns interesses pessoais salientando que na primeira versão do PDM, quando esteve em discussão publica, havia um Planc de Pormenor que foi rebatido por um dos proprietários que apresentou reclamações nesse sentido tendo havido alguns recuos. Pessoalmente acha que aquela zona deve ser acautelada principalmente porque o trânsito ali, é muito complicado e porque Mira de Aire tem crescido de forma algo desordenada, sendo que é fundamental, acautelar o futuro em termos de ordenamento
Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):
Disse que iria votar favoravelmente a proposta por achar que é muito importante que se

Câmara, a que assistiu. Referiu ainda que já no mandato anterior se começaram a adquirir casas degradadas para alargar a zona envolvente da Igreja, para se criar futuramente um espaço verde tão ansiado pela população e ordenar o trânsito naquela zona. Quanto ao Campo da Fiandeira disse também estar de acordo, devendo ali ser criado um equipamento público de lazer. Acrescentou ainda não concordar com o que foi dito por António Pires atendendo a que se trata de propriedade do Estado, e como foi dito pelo senhor Presidente da Câmara é parte pertença da Segurança Social e outra parte das Finanças. No que toca á parte da Segurança Social esta já manifestou a disponibilidade de ceder o terreno desde que a Câmara construa contiguamente á Escola Primária uma pequena creche. Quanto ás Finanças disse acreditar que também se vai conseguir negociar por valores razoáveis. Manifestou-se entristecida por António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD) ter dito que não faltam em Mira de Aire espaços verdes pois se encontra situada na serra, tendo dito que uma coisa são jardins e outra coisa é o mato que cresce na serra, sendo que a população de Mira de Aire merece ter um jardim de que se orgulhe e pelo qual anseia há muito. ----

população de Mira de Aire merece ter um jardim de que se orguine e pelo qual anseia na muito
O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes, começando por dizer que, o que aqui se pretende fazer é acautelar dois espaços, e o que se pretende é que amanhã não venha ali a surgir um bloco de quatro andares que é o que é permitido para Mira de Aire, uma vez que aquele espaço se situa em zona urbana
Quanto à intervenção António Manuel de Sousa Pires disse ainda que não se pode confundir o verde urbano com o verde da serra.
Esclareceu ainda, que o que está aqui em causa é uma suspensão do PDM por três anos, findos os quais terá que haver aqui uma nova solução, ou estará já programada uma zona de equipamentos, uma zona verde ou então iremos segundo o que vier a ser definido pelo PDM que está em revisão, definir que ali naquele espaço apenas se poderão construir moradias de rés-do-chão. O novo PDM deverá definir os parâmetros urbanísticos daquele espaço
Referiu-se ainda ao facto de Carlos Alberto Gomes Jorge ter dito que havia zonas em Mira de Aire em que o PDM estava a ser violado, negando tal facto e esclarecendo os presentes sobre o que efectivamente acontece. Disse que Mira de Aire tem uma zona "non edificandi" existindo depois um espaço que é uma zona condicionada onde só é possível construir mediante parecer favorável do IPPAR, que é a entidade que gere aquele espaço, e que foi o que efectivamente aconteceu nos casos referidos por aquele interveniente
Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido <i>aprovado por unanimidade</i> .
4.2. Adesão à Associação Municipal Pinhal Litoral;
Câmara que passou a fazer um breve esclarecimento sobre esta matéria, nomeadamente a referencia a uma nova nomenclatura, NUTS, que futuramente se irá ouvir muito, mesmo em termos do QREN, e que significa nos termos do Decreto Lei nº 244/2002, Nomenclatura das Unidades

Câmara que passou a fazer um breve esclarecimento sobre esta matéria, nomeadamente a referencia a uma nova nomenclatura, NUTS, que futuramente se irá ouvir muito, mesmo em termos do QREN, e que significa nos termos do Decreto Lei nº 244/2002, Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), fazendo uma breve introdução sobre esta matéria e dizendo que o que hoje está aqui em causa são as NUTS III, que são conjuntos de vários municípios, e que neste caso concreto, a nossa NUT III é constituída por cinco municípios, que é a NUT do Pinhal Litoral, sendo os municípios, Batalha, Porto de Mós, Marinha Grande, Leiria e Pombal. De acordo com o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), as contratualizações só são possíveis se forem feitas em função das NUTS, ou seja só vão ter acesso ao financiamento as NUTS, ou seja, as Associações de Municípios. Referiu-se a este respeito á AMAE tendo mencionado que ainda se pensou nesta Associação mas que desta também faziam parte municípios que não pertenciam a esta NUT de que Porto de Mós faz parte, pelo que houve a necessidade de se levar a efeito a constituição desta Associação que vem hoje aqui á Assembleia Municipal. Mencionou ainda que esta Associação tem como único objectivo, constando do preâmbulo dos Estatutos, as candidaturas ao QREN, tendo-se adoptado o denominação que consta do Decreto Lei nº 244/2002. Resumindo, terminou dizendo que esta Associação é criada especificamente para gerir e

contratualizar fundos comunitários no âmbito dos cinco concelhos que a integram, sendo aqui privilegiado o inter-municipalismo. Ao contrário do que aconteceu nos últimos anos em foram atribuídas verbas a cada município que as geriam como entendiam, agora serão os municípios entre si que vão gerir e apresentar candidaturas ao QREN
António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):
Usando da palavra disse que, dos esclarecimentos que o senhor Presidente apresentou concluiu que se está a anunciar o fim da AMAE e da AMLEI e que provavelmente estas serão extintas uma vez que foram formadas com o objectivo de se candidatarem a Fundos Comunitários, acrescentando ainda que se calhar Ourém é que se iria sentir defraudada nestas circunstâncias
Vítor Louro Cordeiro (PS):
Interveio para dizer que espera que haja solidariedade entre os municípios e cada um não se tente beneficiar apenas a si, e que se esta é a única maneira de nos candidatarmos a fundos comunitários, não tem qualquer duvida em votar favoravelmente.
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Referiu que acha que este vai ser o fim da AMAE e da AMLEI, mas disse concordar com a constituição desta associação tendo em conta de que seria esta a única forma de nos podermos candidatar aos fundos comunitários perguntando como é que poderemos vir a fazer valer os direitos de Porto de Mós perante os outros municípios, uma vez que, já é hábito que tudo vá para Leiria ou para a Batalha, pelo que terá que haver bom-senso e solidariedade entre os municípios
José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):
Afirmando ser um defensor do inter municipalismo disse que iria votar favoravelmente, dizendo que o motivo pelo qual pediu a palavra, foi para lamentar que o nosso País nos últimos trinta anos tenha sido gerido muito mais de acordo com ideologias politicas que de acordo com os interesses das populações, dizendo que aqui se refere concretamente àquilo que são os interesses das Câmaras Municipais, exemplificando com a Câmara Municipal de Ourém que tem estado ligada a Leiria por vontade própria e por consentimento de alguns Governos, acabando por não fazer parte da NUT do Pinhal Litoral por imposição do Governo
O senhor Presidente da Câmara respondeu aos anteriores intervenientes, fazendo alguns comentários, relativamente ao que disse António Pires sobre o hipotético fim da AMAE e da AMLEI dizendo que esta Associação que hoje aqui está em discussão terminará quando o QREN terminar, pois tem como objectivo a contratualização e a gestão de fundos comunitários
Fez ainda menção á reorganização que está em curso das Regiões de Turismo, sendo que a Região de Turismo do Oeste está interessada em anexar a Região de Fátima, não estando Leiria de acordo com essa anexação.
Referiu ainda que acha que há uma regionalização implícita nesta questão das NUT's e que os concelhos não se podem desenvolver independentemente dos que são seus vizinhos e da região em que se inserem. O que está aqui em causa é o desenvolvimento integrado de uma determinada região e não de um único concelho.
Disse ainda, que existe alguma dificuldade de os concelhos se articularem entre si para verem como é que irão gerir esses fundos, fazendo menção aos planos estratégicos que as CCDR's estão a exigir, sendo que os fundos serão aplicados em função dos levantamentos que irão ser feitos
Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia pôs este ponto da ordem de trabalhos a votação, tendo o mesmo sido <i>aprovado por unanimidade</i>

4.3. Candidatura UAC aprovação dos Estatutos da Agência para a Promoção Desenvolvimento;
disse que iria falar sobre este assunto o senhor Vereador Jorge Cardoso uma vez que tem sido e que o tem acompanhado
Este referiu que no âmbito das candidaturas da URBCOM, e visto finalmente terem sia aprovadas, surgiu uma nova candidatura com vista á sua implementação, que é a UAC e que serve para promover durante dois anos, a dinamização de varias actividades na zona comercial or Porto de Mós, Batalha e Leiria, para que atraia a população através de eventos diversos que possam acontecer naquelas zonas, para que o comércio sinta que há populações a vir para aqui a revitalizar aqueles espaços. Portanto esta Agência vai servir para gerir a candidatura do URBCO e essas actividades pelo menos durante dois anos. Referiu ainda que irá concentrar-se na ACIL por ser uma Associação Comercial e por ser neutra, indo ser criados gabinetes nos vários município onde os comerciantes poderão pôr as suas duvidas e onde também poderão promovactividades, juntando-se a esta Agência de Desenvolvimento.
Esclareceu ainda que, esta candidatura é já uma segunda candidatura, tendo sic recusada uma primeira, só de Porto de Mós e Batalha, por ser considerada muito pequena e se expressão.
Disse ainda que Isto vai funcionar com um gestor próprio, tendo já sido feito um concur prévio, e tendo sido a figura do gestor uma peça fundamental para a aprovação da candidaturo dado que devia ser uma pessoa dinâmica e empenhada. Assim, terminou dizendo que ago dispomos de 40 dias para enviar todos os elementos para o IAPMEI e receber o financiamento
João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PPD/PSD):
Pediu alguns esclarecimentos quanto á duração da Associação que se estima em dois and perguntando, no fim desse prazo como é que ficam os comerciantes que não tiverem condiçõe perguntando se ainda podem receber algum apoio
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Referiu que Porto de Mós não têm nada que motive as pessoas a vir passear e p consequência a comprar em Porto de Mós, e não vai ser com esta Associação que isso vai mude porque toda a gente sabe que Porto de Mós aos domingos é um deserto. Assim concluiu dizend que acha que o grande problema do comércio de Porto de Mós não vai resolver-se com es Associação e que é apenas mais uma Associação e mais um gestor, e que lhe apetecia pergunt quem é esse gestor e quanto vai ganhar, mas que não o fará
José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):
Começou por dizer que não é contra as Associações e que é a favor do inter municipalism é contra sim as constantes alterações legislativas que privilegiam umas em detrimento de outras
Disse ainda discordar de Antonieta Mariano neste particular, dizendo que esta Associaçã pode vir dinamizar alguma coisa daquilo que é o comércio tradicional nas zonas mais antigas o vila de Porto de Mós exemplificando com aquilo que se fez em Leiria na Praça Rodrigues Lobo, co uma feira que começou muito pequena e que hoje junta muitas centenas de pessoas, sendo quisto é promovido pela ACILIS no âmbito do PROCOM.
Fez ainda referencia ao artigo 4º dos Estatutos da UAC, que refere o Objecto des Associação, dizendo que o que ali se lê não tem muito a ver com o que o senhor vereador disse resulta apresentação, dado que ali se lê dinamização, da zona histórica e não dinamização da zona histórica e não dinamização.

comércio
José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta De Freguesia de S. João Baptista – PPD/PSD):
Reitera a ideia da necessidade de se fazer alguma coisa pelo comércio tradicional de Porto de Mós. Disse ainda registar com agrado o que aqui foi dito acerca desta Associação acreditando que pode ser o pontapé de saída para atrair pessoas, para criar estímulos que tragam pessoas o Porto de Mós. Terminou dizendo que espera que o objectivo seja efectivamente a dinamização requalificação e valorização da zona histórica.
Pediu ainda esclarecimento acerca de quantos eram os sócios fundadores, tendo-lhe sido respondido que eram Porto de Mós, Batalha, Leiria e ACILIS, e referindo ainda a possibilidade que os estatutos prevêem de poder eventualmente haver a adesão de outros sócios, vincou o possibilidade de a Junta de Freguesia de S. João Baptista vir a poder ser um parceiro interessado nessa tarefa.
Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):
Usando da palavra referiu que esta pode ser apenas mais uma associação e não passa disso, se não houver um grande empenho por parte do executivo. Esta Associação poderá de facto ser um motor de arranque mas tem que haver um grande empenhamento, esperando que se saiba aproveitar esta oportunidade.
O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Jorge Cardoso, que referiu que o que se pretende com a Associação é a dinamização da actividade comercial com o realização de manifestações de rua diversas. Referiu ainda a importância que teve o gestor para o aprovação da candidatura. Disse ainda concordar com a sugestão de José Jorge Couto Vala de alargar essa iniciativa a toda a zona urbana não se restringindo apenas á zona histórica, o que permitirá que esta Associação se prolongue para além dos dois anos previstos
Ressaltou a importância da parceria com a ACILIS, elogiando o trabalho que tem vindo o desenvolver em Leiria
Quanto ao desempenho do executivo referido por Carlos Venda, disse que se não fosse este não se teria chegado à candidatura
O senhor Presidente da Câmara, pedindo a palavra, disse respondendo a José Gabriel Pires Vala que, finalmente estavam de acordo, fazendo referencia ao facto de aquele ter votado contro o Plano de actividades para 2007, afirmando que provavelmente aquele não saberia o que estavo em causa, este ponto da ordem de trabalhos constava daquele Plano. Mencionou ainda o facto de durante muitos anos não se ter fomentado a fixação das pessoas em Porto de Mós aos fins-de semana, fazendo um "mea culpa", dado ter feito também parte do último executivo. Continuou referindo que a obra de recuperação dos muros do rio, já começa a trazer pessoas a Porto de Mós e que durante muitos anos não houve capacidade de proceder a essas obras de embelezamento da vila, situação que um ano depois de ter tomado posse se está a inverter, afirmando-se envaidecido com esse facto. Disse ainda a este interveniente que espera que se consiga com este Plano contra o qual votou, que esta situação se venha a inverter
4. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:
O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que se dispensaria de ler o documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia, fazendo no

entanto questão de ressaltar alguns pontos do mesmo, entre os quais referiu relativamente á Cultura, a elaboração de um folheto relativo ao Castelo de Porto de Mós, destinado aos seus visitantes, parabenizando o Vereador da Cultura, atendendo a que o mesmo foi elaborado pelo "pessoal da casa". Também no pelouro da Educação, continuam as obras da escola de S. Jorge a bom ritmo, estando já com a cobertura colocada. Também já está em execução o projecto da escola do primeiro ciclo de Arrimal. Quanto á Protecção Civil salienta o facto de há muitos anos a Câmara ter vindo a alugar equipamento móvel de transmissões para as forças ligadas á Protecção Civil, sendo esses custos excessivos pelo que se está a adquirir esse equipamento para que futuramente essa situação figue resolvida, ficando esse equipamento na posse das várias forças envolvidas reduzindo assim os custos inerentes ao aluguer dos rádios. Salientou ainda o trabalho que está a ser feito em colaboração com a ADSAICA ao nível da limpeza da floresta. Quanto ao urbanismo fez menção á revisão do PDM que está numa fase adiantada, referindo as reuniões realizadas com a CCDR e com a equipa de projectistas. Mencionou ainda as intervenções que irão ser feitas ao nível do saneamento na vila de Mira de Aire e na freguesia de S. Bento. Fez depois referência ás demolições que têm vindo a ser levadas a efeito na Corredoura em Porto de Mós, com vista ao alargamento de passeios e embelezamento da entrada da vila, tendo em conta o estado de degradação em que as mesmas se encontravam, sem que tenha havido quaisquer encargos ao nível de indemnizações para com os proprietários daquelas propriedades, mas apenas a execução de muros e vedações das mesmas propriedades. Mencionou ainda que as ruas da zona histórica da vila de Porto de Mós, que são em calçada, vão ser objecto de intervenção na mesma, com vista á sua fixação e consolidação. -----------Fez ainda referencia á reunião que teve com a Câmara Municipal da Batalha e respectivas Juntas de Freguesia envolvidas no sentido de se proceder a alguns acertos nos limites geográficos do concelho, exemplificando com o caso de o Campo de Futebol de Alqueidão da Serra se situar no concelho da Batalha, e ainda de haver uma casa na Demó que diz ter tirado licenca nos dois ______ -----Luís Manuel Coelho Almeida (PPD/PSD):-----------Usando da palavra questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a Casa Velório do Juncal, afirmando que há poucos dias apareceram umas marcações de sapatas tendo levado a população a pensar que se estavam a preparar para fazer uma plataforma no cemitério, deixando as escavações e deixando as coisas como estão, perguntando se isto tem algum fundo de verdade ou se aquilo que a Câmara anunciou há bastante tempo de que tudo seria feito dentro do maior respeito por aquele local se mantém.-----------Rui Fernando Correia Marto (Secretário da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra): ------------Usou da palavra só para referir uma situação relacionada com a Rotunda do Major em Alqueidão da Serra, que tem sido objecto de alguma análise por parte de alguns dos presentes, nomeadamente no que se refere á escavação que lá tem estado a ser levada a efeito que consiste na eliminação de uma lomba que se não fosse eliminada, em vez de resolver o problema agravava-o em muito. Assim, e em nome da população de Alqueidão da Serra, manifesta o seu apreço pela atitude tomada pela Câmara Municipal, na resolução deste assunto.----------Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):----------Fez referencia à elaboração do Roteiro Turístico e de Gastronomia de Porto de Mós, dizendo que este deve conter tudo o que possa trazer pessoas a Porto de Mós, passando a enumerar alguns pontos que esse roteiro deveria contemplar.---------Fez ainda uma breve referencia á Pousada da Juventude e á sua inauguração, destacando o facto de esta estar adaptada a pessoas com deficiência física. Ressaltou ainda que apesar de se tratar de um excelente equipamento, de pouco nos servirá se não houver em Porto de Mós uma animação que traga essas pessoas á sede do concelho, porque senão elas irão visitar outras

localidades aqui á volta.----

Referiu-se ainda à questão das acessibilidades de pessoas com deficiências físicas em Porto de Mós, recordando uma visita que foi efectuada no anterior mandato, pelo senhor Governador Civil com vista á avaliação e eventual correcção dessas acessibilidades em edifícios públicos, concluindo que afinal tudo tinha sido em vão
Fez ainda menção á atribuição de subsidio a Serro Ventoso para a realização do Carnaval e sem querer pôr em causa essa contribuição, perguntou como é que ficou o Carnaval a nível da sede do concelho.
Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara sobre a veracidade da construção de uma piscina de apoio á fisioterapia na Casa Mortuária, e no caso de isso se verificar, como se pensa resolver a situação da Casa Mortuária
Disse ainda que se queria regozijar com a obra do rio, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que o seu mandato iria ficar marcado pela recuperação de toda aquela zona ribeirinha, obra que reputa de muito necessária pela valorização que trará a Porto de Mós. Também o parabeniza pela obra que tem feito na Corredoura, com a demolição das casas velhas que estavam mesmo á entrada da Vila e com o embelezamento da mesma
Referiu-se ainda aos limites geográficos do concelho, mencionando a situação do restaurante Rosa que está metade em Alvados e outra metade em Alcanena.
João Manuel Rodrigues Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PPD/PSD):
Manifestou a sua satisfação pelo facto de o PDM estar a avançar em bom ritmo, perguntando se há alguma data que se possa avançar para a entrada em vigor daquele
O senhor Presidente da Câmara usou da palavra passando a responder aos anteriores intervenientes, e pegando na palavra do anterior fez algumas considerações acerca do novo PDM e da sua entrada em vigor, referindo que os instrumentos de planeamento têm sempre erros e que só depois de estarem implementados é que se consegue aferir da boa ou má execução
Respondeu depois a Luís Almeida acerca da Casa Velório e escavações do Cemitério, questões que achou pertinentes, passando a explicar que na Casa Velório do Juncal, se está numa situação caricata, tendo-se dado inicio á obra com todo o respeito pelas ossadas que ali estão há cem anos, e porque alguém fez queixa, tivemos que suportar várias dezenas de contos por dia em escavações arqueológicas e antropológicas, afirmando que no Juncal aquele trabalho não se justifica, conforme está a ser feito, podendo ser aligeirado. No entanto são imposições do IPA que estão a ser respeitadas e estão a ser feitas escavações conforme as regras que foram definidas
Referiu-se depois ao Roteiro Turístico, que disse, irá ser distribuído muito brevemente, fazendo uma referência ao seu conteúdo. Fez ainda menção á sinalização da Pousada da Juventude de Alvados. Referiu ainda neste contexto que estará prevista uma prova para o campeonato Nacional de pentatlo moderno naquela zona
Acerca da dinamização do Carnaval, referiu que não é feita pela Câmara Municipal, mas que se houver um grupo que o faça, a Câmara apoiará a iniciativa, á semelhança do que aconteceu em Serro Ventoso
Fez ainda referencia ás obras que estão a ser executadas na Corredoura, referindo que depois de estarem concluídos os muros, se executarão os passeios em pedra de calçada da nossa região
Helder Ferreira Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):
Interveio, referindo ser mais fácil mandar cortar os arbustos da casa do senhor João Cerejo, do que mandar demolir casas na Corredoura, dizendo que os arbustos já estão a ocupar parte da

via publica, pelo que deveria ser feito
Outra situação que referiu foi a da rotunda no IC2, elogiando a iniciativa, em virtude de considerar que os semáforos naquele local não são suficientes para a regulação do trânsito.
Fez ainda uma breve referencia ás obras na escola de S. Jorge que está em curso
Pedro da Conceição Varatojo (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PPD/PSD):
Manifestou o seu regozijo pela acção da Câmara Municipal na limpeza das florestas. Referiu depois a grande mancha verde que existe em Alcaria, dizendo que não gostaria de lá ve acontecer o que aconteceu nas Pedreiras, razão pela qual, a Junta de Freguesia em colaboração com o PNSAC iniciou já algumas acções de limpeza de zonas que eram aceiros e que foran fechados com matos e outros caminhos que entraram em desuso, solicitando a colaboração do Câmara para o alargamento destes, tendo em vista o melhor combate de incêndios em caso de necessidade.
Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):
Teceu algumas considerações acerca do PDM, reclamando a urgência da sua revisão e do sua entrada em vigor no concelho de Porto de Mós atendendo á impossibilidade de muito munícipes adoptarem a sua freguesia natal para viverem e por via de solução de recurso por não poderem aí construir, se deslocalizam para outros concelhos
Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD):
Relativamente ao concurso para implementação de um sistema de comunicações, disse ficar a aguardar. Fez também uma breve referência ao saneamento de Mira de Aire. Mencionos ainda a Pousada da Juventude de Alvados como aquisição de um excelente equipamento para aquela zona. Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara acerca da suspensão do PDM que se efectuou há um ano, para que se pudesse instalar no concelho uma grande indústria. Referio depois a situação do Parque Industrial de Mira de Aire, dizendo achar que a Câmara terá que a repensar.
O senhor Presidente da Câmara usando da palavra respondeu a Hélder Paulino Ferreira no que respeita aos arbustos dizendo que estes irão ser aprumados pela vedação. Referiu ainda o benefícios da rotunda a construir no IC2 relativamente á sinalização semafórica que lá esto instalada, acrescentando que os custos desta rotunda poderão vir a ser suportados pelo "Feiro Nova", estando já contemplado em projecto.
Quanto à limpeza da floresta em Alcaria, referiu que isso terá que ser feito no âmbito da ADSAICA. Neste âmbito da protecção de incêndios, disse que conforme consta do Plano de Actividades, se iniciariam obras de beneficiação da helipista de forma a poder receber já este ana alguns elementos de prevenção e de dissuasão ao nível dos incêndios.
Fez ainda o ponto de situação relativamente ao PDM, referindo que o atraso também se deveu á aprovação do Plano de pormenor do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
Quanto ao saneamento de Mira de Aire esclareceu que na informação distribuída não se estava a referir a todo o saneamento daquela Vila, mas das ruas que, sendo intervencionadas, logo se aproveitará para realização de trabalhos de saneamento e de drenagem de águas pluviais
Referindo-se à zona industrial de Mira de Aire, disse que a dificuldade se prende com o própria natureza dos terrenos, sendo mais difícil ali a construção do que em Porto de Mós, dizendo que no futuro talvez se tenha que repensar aquele espaço nomeadamente em termos de preços
Quanto à questão da suspensão do PDM para a instalação de uma grande empresa en

Porto de Mós, disse que segundo informação da Direcção Geral a situação estaria resolvida até final do mês acrescentando ainda que a empresa continua interessada em se fixar aqui
PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
António Manuel Pedroso do Rosário (PPD/PSD):
Referiu que ao contrario do que aqui foi dito por Antonieta Mariano, todo o restaurante Rosa incluindo a Capela que faz parte daquela propriedade, se encontram no concelho de Porto de Mós, dizendo dispor de documentos que o comprovam
Disse ainda que lhe apraz registar o apreço que Antonieta Mariano actualmente manifesta por Alvados
Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara, para quando o projecto de saneamento para Alvados bem como o reforço da iluminação da Barrenta
António Manuel Marques da Costa (P.S.):
Parabenizou o executivo pela iniciativa de suspender o PDM nas duas zonas de Mira de Aire, com vista á criação de espaços verdes e zonas arborizadas.
Questionou depois o saneamento para a Zona Industrial de Mira de Aire, considerando que esse também é um dos problemas para a implantação de algumas indústrias, perguntando o que é que está previsto fazer quanto a isso, bem como o prolongamento do caminho que estava previsto e que vai ligar á zona da Estrada das Covas em Mira de Aire, se estão previstos alguns trabalhos nesse sentido.
Pediu ainda a intervenção da Câmara para que, no troço de via que fica junto da agência do Banco Totta em Porto de Mós, não se permita o estacionamento de veículos de ambos os lados da via, dadas as dificuldades de circulação que ali existem
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Referiu que para a convocatória desta sessão recebeu primeiro a convocatória, depois a documentação relativa á ordem de trabalhos e depois sem prévio aviso, recebeu por <i>mail</i> mais documentação, considerando a falta de articulação dos serviços
Depois referindo-se a Serro Ventoso referiu a falta de passeios nesta freguesia
Disse ainda que tem documentos em sua posse que provam que parte do restaurante Rosa em Alvados pertence ao concelho de Alcanena
Referiu-se ás refeições que são fornecidas na Escola Oliveira Perpétua, cujas ementas são elaboradas e assinadas por pessoal administrativo, dizendo achar que deveria ser feita uma pressão á DREC no sentido de se poder arranjar para ali um nutricionista
Pedro da Conceição Varatojo (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria - PPD/PSD):
Usou da palavra para referir o estado lastimável em que se encontram as câmaras de voto que foram usadas no ultimo acto eleitoral.
Rui Fernando Correia Marto (Secretário da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):
Usou da palavra para colocar algumas questões sobre saneamento básico, tendo começado por se congratular com o inicio do saneamento em Mira de Aire, pedindo ainda que se comece a pensar em fazer colectores de águas pluviais ao mesmo tempo que se fazem colectores

de saneamento básico domésticos
Jorge Manuel dos Santos Pereira (PPD/PSD):
Pediu alguns esclarecimentos ao executivo acerca de execução da rotunda do Major e sobre o que ali se terá passado, tendo acrescentado que acha que se trata de uma obra desproporcionada em termos de custos para aquilo que era necessário para o local. Congratulouse ainda com o início do saneamento para o Alqueidão da Serra. Terminou dizendo, relativamente ao Carnaval de Serro Ventoso, achar que a Câmara deve apoiar tudo o que sejam manifestações culturais, que se estejam a destacar pela qualidade, e que precisem deste apoio para se realizarem e para atraírem população
Rita Isabel da Silva Pereira (PS):
Interveio para perguntar onde é que estava a bandeira do Município
Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara este cumprimentou a interveniente anterior pelo seu poder de observação, tendo explicado que a bandeira foi emprestada para um evento, e por lapso não foi colocada aqui esta noite.
Respondendo depois a António Manuel Pedroso do Rosário disse que este estava equivocado quando diz que o Restaurante Rosa está todo no concelho de Porto de Mós, uma vez que o que conta para a delimitação geográfica são as matrizes e que este prédio se encontra inscrito em Alcanena
Referiu ainda a confusão que este interveniente terá feito relativamente a abastecimento de energia com iluminação publica, na zona da Barrenta, supondo que este se queria referir a um reforço de energia para aquela zona, ressaltando que está a ser efectuada um obra de reforço de abastecimento de energia para toda aquela zona, incluindo Mira de Aire
Quanto ao que foi proposto relativamente ao estacionamento junto do Banco Totta e Açores, reconhece a pertinência da questão dizendo que proporá a Comissão de Trânsito essa alteração, uma vez que é aquela a entidade competente para o efeito
Fez também alguns esclarecimentos relativamente ao envio dos documentos aos membros desta Assembleia Municipal, em resposta aos comentários de Antonieta Mariano. Debruçando-se também sobre a falta de drenagem de águas pluviais e passeios na freguesia de Serro Ventoso, salientou ainda o estado de degradação em que encontra o pavimento, tendo havido uma promessa do Director de Estradas do Distrito no sentido de resolver aquela situação dentro de algum tempo.
Quanto à situação das refeições na Escola Oliveira Perpétua, mencionou o facto de a Câmara Municipal não ter competência para intervir, existindo para isso as Comissões de Pais e de Professores
Registou ainda a recomendação de Pedro Varatojo relativamente ás câmaras de voto
Mencionou ainda a intervenção de Rui Marto, dizendo que faz todo o sentido a construção de colectores pluviais em simultâneo com a construção dos colectores de saneamento básico para uso doméstico.
Quanto ao PDM, disse que já houve reuniões com as Juntas de Freguesia e que numa segunda fase, irá haver outras, porque as Juntas de Freguesia serão parte interveniente neste

processo de revisão do PDM para definição dos limites das zonas urbanas
Respondendo a Jorge Pereira disse que até á data não houve qualquer alteração no preço da obra referida, até porque a adjudicação foi por preço global, pelo que o empreiteiro terá que entregar a obra por aquele valor
O senhor Presidente da Câmara passou depois a palavra ao senhor Vereador Rui Neves que passou a dar algumas explicações sobre as iniciativas que foram levadas a cabo por algumas associações no âmbito do Carnaval, tendo dito que a atitude da Câmara é a mesma perante qualquer entidade na promoção de qualquer manifestação cultural, apoiando-as
Luís Manuel Coelho Almeida (PPD/PSD):
Referiu que há algum tempo atrás tinha falado sobre o transito da Boieira e que nessa altura, foram lá postas algumas lombas que acabaram por resolver o problema. Mencionou ainda que continuam lá a passar camionetas pesadas estando esse transito a deteriorar a via que é bastante frágil, e sendo uma estrada camarária, pergunta se não se poderá interditar ao trânsito pesado
Vîtor Louro Cordeiro (PS):
Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara, o impulso que este tem vindo a dar á aquisição de terrenos para construção do jardim do outro lado do rio, aplaudindo ainda o embelezamento.
José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):
Levantou depois a questão da Casa Velório de Porto de Mós, pedindo que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse o assunto, e presumindo que aquele conheça o espaço que, ao que se diz, virá a acolher aquela Casa Velório, perguntou se aquele o considera satisfatório para o fim a que se destina, em termos de área, de localização e de condições higieno-sanitárias mínimas e ainda se alguém se lembrou que ali se realizam as aulas da catequese, que são frequentadas por cerca de cem crianças. Terminando, perguntou, provisório por quanto tempo, e quais as perspectivas de localização e instalação em definitivo da Casa Velório de Porto de Mós
Pediu ainda que não se ligasse o sistema de saneamento de Alqueidão da Serra sem primeiro colocar no sitio uma conduta que está num terreno na Fonte dos Marcos que a cheia levou, e que não tem espaço suficientes para servir de ETAR
Fernando Manuel Marques Amado (PS):
Disse querer subscrever a primeira parte da intervenção de José Jorge Couto Vala, pela pertinência do assunto acrescentando que a Câmara Municipal a deve levar em consideração
Referiu depois que, sendo a Assembleia Municipal um espaço de debate político, considera que a atitude política de alguns membros da Assembleia Municipal do PSD lhe causam algum transtorno pela sua incoerência entre o que é teórico e o que é prático, assinalando Carlos Venda e confrontando-o com uma situação política dizendo que existe algum barulho quer na comunicação social quer nos blogs e que não é salutar para a democracia que o debate publico se estabeleca nesses mecanismos de comunicação. Afirmando a sua coerência porque este

executivo trilha o caminho que sempre defendeu enquanto integrou a Assembleia Municipal entre 1997 e 2001. Socorrendo-se da acta da anterior sessão desta Assembleia leu uma intervenção de Carlos venda, relativa á aprovação do Plano de Actividades, para que se veja como a teoria é diferenciada da prática, dizendo que nos últimos tempos a palavra planeamento passou a ser muito cara ao PSD, e a palavra estruturante passou a fazer parte do seu vocabulário, quando em 1997 a 2001 era apenas um fetiche do PS. Dirigindo-se a Carlos Venda, referiu que foi aqui posta a discussão a Carta Educativa, um instrumento estruturante, onde os membros desta Assembleia Municipal eleitos pelo PSD se abstiveram, quando ao longo de anos não foram capazes de a implementar, de a apresentar e de a aprovar. Mencionou ainda, fazendo referencia a uma intervenção que teve já nesta Assembleia, porque não uma Carta para a Saúde, aludindo á construção do Centro de Saúde de Serro Ventoso e criticando o facto de não ter havido uma concertação entre as freguesias serranas de forma a decidir qual a melhor localização de um Centro de Saúde que melhor servisse toda aquela zona.-----------António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD): -----------Usando da palavra esclareceu o sentido da sua anterior intervenção, afirmando que disse que zonas verdes Mira de Aire tem muitas, não disse que zonas ajardinadas Mira de Aire não ------Referiu-se depois ao facto de o senhor Presidente da Câmara ter referido que as NUTS seriam o principio de uma regionalização, manifestando-se favor da mesma mas contra o referendar-se tal situação.---------Fez depois uma breve referência á sinalização na vila de Porto de Mós, -----------Tendo feito uma breve consideração á Pousada da Juventude de Alvados, perguntou qual o ponto da situação do hotel de Porto de Mós. -----------Pediu ainda ao senhor Presidente da Câmara que assim que haja um projecto da zona do Rio e envolvente das Piscinas que o traga aqui para que a Assembleia o conheça. -----------Fez ainda referencia ao funcionamento das actividades extracurriculares, dizendo que tinha lido no Portomosense que aquelas não tinham funcionado bem. ----------José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PPD/PSD): -----------Referiu o facto de o senhor Presidente ter comentado o seu sentido de voto relativamente ao Plano de Actividades para o ano de 2007, aquando da discussão dos Estatutos da Agencia de Promoção e Desenvolvimento, dizendo que o facto de não ter votado favoravelmente aquele documento não quer dizer que dele discorde na totalidade, tanto mais que o mesmo foi votado na generalidade e não ponto por ponto considerando que esse não era um assunto que tivesse que ser para aqui chamado hoje.----------Dando continuidade a este mesmo assunto da Agencia de Promoção e Desenvolvimento, disse ainda querer colocar algumas questões, nomeadamente, relativas á zona histórica e ás obras que para aqui estão previstas, perguntando para quando o seu inicio. Questionou ainda sobre o plano da zona antiga de Porto de Mós e se o mesmo se mantém ou não.----------Fez ainda menção a uma casa no Livramento que se encontra em ruínas e que está numa situação que pode oferecer perigo para a via publica, em caso de derrocada.----------Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PPD/PSD):--------Pronunciou-se relativamente comentários que aqui foram tecidos por Antonieta Mariano quanto aos passeios de Serro Ventoso afirmando que os passeios que lá estão feitos foram suportados pela Junta tendo a Câmara arcado com o pagamento. Quanto aos outros, foi

entregue ao empreiteiro toda a obra, que será inteiramente paga pelas Estradas de Portugal
Quanto ao Carnaval de Serro Ventoso, referiu que a Câmara apoiou e bem uma iniciativa que se tem vindo a desenvolver envolvendo a participação da população e atraindo a visita de muita gente. Dirigindo-se a Antonieta Mariano disse achar uma expressão infeliz da parte daquela ter dito que foi ao Carnaval de Serro Ventoso porque não tinha mais nenhum para ir, desafiando-a a organizar também algumas iniciativas e dizendo que jamais faria afirmações semelhantes relativamente a essas. Quanto ás Assembleias de voto diz não perceber porque é que nas outras freguesias não há aulas á sexta-feira e segunda, coisa que não acontece em Serro Ventoso. Mencionou ainda as dificuldades de construção naquela freguesia por via do PDM, e o descontentamento e revolta dos munícipes.
Relativamente a Fernando Amado, disse que continua a subscrever na integra o que esta na acta, porque não tem erro nenhum, dizendo quanto á saúde que Serro Ventoso se empenhou para ter um Centro de Saúde uma vez que o anterior estava a cair, dizendo que Serro Ventoso não é Câmara e não tem que gerir as quatro freguesias. Quanto á Carta Educativa, referiu que esta podia e deveria ser diferente e mais ambiciosa, pois é apenas aquilo que já existia com alguns cortes
O senhor Presidente da Câmara usando palavra começou por responder a Luís Almeida reconhecendo a pertinência da sua intervenção e dizendo que diligenciará no sentido de colocação de sinalização adequada no local
Quanto aos acessos a deficientes, concordou com José Jorge Couto Vala, dizendo que nada foi feito e neste momento está a ter-se o cuidado de todas as obras que aparecerem ficarem dotadas com acessos a deficientes.
Referiu-se depois á situação da Casa Velório de Porto de Mós, explicando a situação e que sendo propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Porto de Mós, e estando esta a construir um Centro de Fisioterapia, para que este fique com todas as valências, é necessário construir ali um espaço para hidroterapia, havendo assim a necessidade de deslocalização da Casa Velório, sendo que neste momento o único espaço que se nos oferece é o espaço por detrás da Igreja de S. Pedro, que considera estar bem situado e perto de um estacionamento. Relativamente ás crianças que ali tem aulas de catequese, disse não haver problemas porque o espaço será perfeitamente delimitado. Não obstante, acrescentou que a solução ainda não é definitiva
Referindo-se depois á regionalização disse acreditar que mais cedo ou mais tarde ela estará aí, e que o preocupa é a perda de identidade da nossa zona e que todos os serviços desconcentrados do Governo passem para Coimbra
-Fez depois uma referencia ao hotel de Porto de Mós dizendo que o projecto está aprovado esperando que dentro de pouco tempo possa ter inicio.
Relativamente ao sentido de voto de José Gabriel Pires Vala, disse que lhe reconhece o direito de votar como entender, pois 30 anos de democracia dão-lhe esse direito, mas que considera que foi um erro que cometeu pois o Plano de Actividades contempla muitas obras para a sua freguesia.

veio publicado no jornal O Portomosense a propósito escola de Casais Garridos e que foi extraído do portal do Sindicato é mentira porque essas aulas não são na escola de Casais Garridos, mas sim na escola de Chão Pardo
Quanto a António Pires respondeu que o que disse, foi que no próximo ano o que irá mudar é o modelo de funcionamento verificado que foi que este modelo não correspondeu ás expectativas e este ano, vamos tentar até final do ano, que as coisas corram o melhor possível
O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o lote reservado para o hotel é aquele que é virado para o Castelo, porque em termos paisagísticos e turísticos é o mais valioso. O espaço que está a ser construído é igual ao que já se encontra construído. Se o hotel não vier a ser construído nos prazos estipulados, reverterá a favor da Câmara o lote e os 250 mil euros que se encontram á ordem da Câmara Municipal de Porto de Mós
PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PUBLICO :
Joaquim Ramos (Porto de Mós):
Saudou o executivo pelo trabalho que tem vindo a desenvolver neste espaço de tempo, nomeadamente nos acessos á vila de Porto de Mós
Ressaltou a deficiente iluminação publica que serve a zona histórica de Porto de Mós, bem como a falta de trabalhos de embelezamento e de dinamização da Praça da Republica, bem como do museu municipal uma vez que as hipóteses da sua transferência para a Central estão por enquanto fora de questão
Perguntou ainda para quando a atribuição de um nome próprio a cada um dos cemitérios de Porto de Mós
Referiu ainda o estado de degradação de uma casa na Travessa de S. João que põe em perigo quem ali passa
Joaquim Alves (Juncal):
Comentou o facto de haver nesta Assembleia vários membros oriundos do Juncal e que, apesar disso, não têm exposto os problemas que a vila apresenta. Assim, começou por referir que no Juncal não há um metro de jardim, e isto apesar do Juncal ser uma vila, passando a referir o facto e pavilhão gimnodesportivo do Juncal estar parado e questionando o senhor Presidente da Câmara sobre o andamento do mesmo
Referiu-se depois à legalização por este executivo de uma casa, ao qual o anterior pôs muitas reservas, não a tendo legalizado, e que por assim dizer, "se encontra no meio da estrada", acrescentando que se diz que a estrada terá sentido único e que se farão passeios, questionando o senhor Presidente da Câmara sobre qual a real situação
António Almeida (Ferraria):
Congratula-se pelo facto de a Câmara Municipal ter começado a limpar os caminhos que circundam a vila. Pediu que se passasse pelos caminhos antigos do concelho, nomeadamente pelo Caminho das Quintas que se encontra fechado a cadeado pelo senhor João Cerejo, passando depois a enunciar outras situações semelhantes no concelho

Mencionou depois a falta de uma Casa Mortuária em S. Jorge, dizendo que as pessoas que lá falecem tem que ir para Porto de Mós ou para a Batalha
Terminou pedindo que não se esqueçam que aquela zona existe, dizendo que é a pior zona do concelho em termos de acessos
Paulo Malhó (Juncal):
Câmara diz que o levantamento e o trabalho feito em condições custa dezenas de contos de reis por dia, terminando por dizer que não aceitará que fique um esqueleto sob o betão.
O senhor Presidente da Câmara usando da palavra, respondeu aos anteriores intervenientes, dizendo a Joaquim Ramos a propósito da iluminação pública que no âmbito do projecto acima mencionado está prevista a melhoria da iluminação daquele espaço
Quanto à Central Termoeléctrica só será viável economicamente se houver apoio comunitário, dizendo que não compensa estar a gastar dinheiro no actual municipal, porque a média de visitantes é de 0,25 por dia
A Joaquim Alves disse que efectivamente o Juncal está mal em relação a jardins públicos
Quanto ao Pavilhão Gimnodesportivo, disse que está a andar, só que há grande parte da obra que é feito em estaleiro, pelo que dentro de pouco tempo, será uma realidade para o Juncal.
Referiu-se depois à casa que o anterior interveniente mencionou dizendo que o que está em causa é o peso do património que aquela construção representa, afirmando que em temos de arquitectura, aquele é o melhor edifício que existe no Juncal, merecendo ser preservado
Relativamente ao caminho da Ferraria disse que essa será uma atribuição da Junta de freguesia respectiva.
Respondendo a Paulo Malhó, disse que nunca foi retirado nenhum esqueleto com retro escavadora o cemitério de Juncal, o que foi retirado foi o espaço dos corredores entre as várias sepulturas. Tendo sido interrompido por Paulo Malhó, o senhor Presidente da Câmara deu por concluída a sua resposta a este membro do publico
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, interveio depois de ter reposto a ordem na sala, dizendo que a maturidade democrática desta Assembleia também se mede pela forma como cada um reage cada vez que ouve o seu nome
Terminou depois propondo um minuto de silencio pelo falecimento do irmão de Olga Silvestre, vitima de acidente de viação
MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:
Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações: 1.Suspensão do PDM para duas áreas dentro do perímetro urbano da vila de Mira de SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007

396

Aire e aplicação de medidas preventivas; 2. Adesão à Associação Municipal Pinhal Litoral; 3. Candidatura UAC aprovação dos Estatutos da Agência para a Promoção e Desenvolvimento tendo estas sido submetidas a votação e aprovadas por unanimidade		